

# 1 Introdução

Em 1997, o IBGE realizou pela primeira vez em todo o país uma pesquisa domiciliar com o objetivo de coletar informações sobre os micronegócios. Essa pesquisa, intitulada Economia Informal Urbana (ECINF) é uma base de dados sem precedentes no Brasil por uma série de fatores. Em primeiro lugar, trata-se da única pesquisa em esfera nacional que colhe informações sobre o funcionamento dos micronegócios formais e informais. Outras fontes de informações, como os cadastros do Ministério do Trabalho e Emprego, se limitam a mensurar o emprego formal, onde as micro e pequenas empresas (MPEs) são notoriamente sub-representadas. Em segundo lugar, a ECINF oferece uma série de oportunidades de estudos para se compreender mais a fundo a dinâmica produtiva das micro e pequenas empresas brasileiras, permitindo análises da relação entre o capital físico e humano empregado em cada unidade produtiva. Outra vantagem é que através da ECINF é possível averiguar uma série de interações e relações de trabalho que não são possíveis investigar com outras bases de dados. Em particular, a ECINF propicia o controle de aspectos relacionados à combinação endógena (*endogenous matching*, segundo a literatura internacional). Por exemplo, a pesquisa permite que características individuais de proprietários e trabalhadores sejam simultaneamente consideradas na determinação do contrato de trabalho e de variáveis de desempenho econômico.

No entanto, pouco se tem explorado essas informações para a produção de conhecimento sobre pequenas e microempresas. Algumas exceções são a dissertação de mestrado de Cristine Pinto defendida na PUC-Rio em 2003 que avalia a diversidade de lucro entre as pequenas empresas e um Ensaio Econômico da EPGE de Marcelo Neri e Fabiano Giovanini intitulado "Empresários Nânicos, Garantias e Acesso ao Crédito".

Esta dissertação utiliza essa base de dados para a análise de duas questões fundamentais para o melhor entendimento sobre o funcionamento desses negócios - os determinantes do grau de formalidade e da escolha de trabalhadores. Embora o IBGE considere que todas as firmas que estão na pesquisa pertencem ao setor informal, uma vez que define informalidade pelo tamanho das firmas, a ECINF permite classificar as firmas pesquisadas de acordo com outras dimensões de formalidade como, por exemplo, a que considera o registro das firmas junto às esferas públicas. É justamente essa vantagem que é explorada no primeiro artigo deste trabalho.

Em dezembro de 1996, foi criada no Brasil a Lei do SIMPLES que simplificou e reduziu o recolhimento dos impostos federais para as micro e pequenas empresas do país. Como a ECINF foi realizada dez meses após a introdução da Lei, é possível avaliar se o SIMPLES conseguiu incentivar a entrada no setor formal das firmas atingidas. Para tanto se utiliza os métodos diferenças em diferenças e *propensity score matching* de forma a mensurar se o percentual de firmas criadas após dezembro de 1996 com licença municipal ou estadual e que desenvolviam atividades cobertas pela legislação do SIMPLES era

maior do que o licenciamento das firmas dos setores não atingidos pela Lei. Os resultados indicam que a carga tributária é um importante determinante na decisão das firmas se formalizarem. Embora o impacto da Lei tenha sido variado entre os setores de atividades analisados, é possível mensurar um impacto claro e positivo sobre a probabilidade das firmas do setor de comércio obterem registro.

O segundo artigo desta dissertação explora uma das maiores qualidades da pesquisa: o fato de possuir informações sobre o proprietário e todo o pessoal ocupado, o que faz com que essa base de dados seja classificada na literatura internacional como '*linked employer-employee data*'. O artigo avalia as relações de trabalho nas micro e pequenas empresas do país. Em primeiro lugar, investiga-se se a contratação de trabalhadores segue alguma regra e se há algum tipo de discriminação na seleção de mão-de-obra. Encontra-se evidências de que proprietários tendem a contratar trabalhadores com o mesmo sexo, nível educacional e faixa etária que o seu. Em segundo lugar, analisa-se se essa combinação endógena (*endogenous matching*) entre empregados e empregadores afeta a determinação de contratos de trabalho. Os resultados apontam que pessoas parecidas em termos de gênero, nível educacional e idade têm mais chances de estabelecerem esquemas contratuais que remuneram o desempenho. Uma possível explicação para esse resultado é que pessoas semelhantes têm níveis de aversão ao risco similares e com isso estabelecem contratos onde a partição do risco é mais igualitária.

Esta dissertação contribui para uma melhoria do entendimento de como funcionam as microempresas no Brasil. Os resultados encontrados são relevantes não só para se conhecer um pouco mais da estrutura dos micro negócios, como para direcionar políticas públicas.